



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 24/2015

----- Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Quando eram quinze horas, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 21/2015 referente à reunião ordinária de 13 de novembro. -----

----- Aprovada a ata n.º 21/2015 por unanimidade dos presentes com direito de voto (7 votos a favor). -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: um milhão e oitenta e seis mil, duzentos e dezoito euros oitenta e três cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: duzentos e nove mil, quarenta e seis euros e setenta e quatro cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **RELATÓRIO WORKSHOPS IGUALDADE DO GÉNERO** -----

----- **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS** -----

----- **PRESÉPIOS DE SAL - VISITAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- Antes de passar ao período de intervenção dos membros do executivo lamentou e fez questão dizer que é triste que alguém, sob a capa do Partido Socialista (PS), use as redes sociais para difamar a Presidente de Câmara, todo o Executivo Municipal e

todos os trabalhadores, acusando a entidade de violação da lei e regulamentos. Afirmou que estas inverdades, com a projeção que as redes sociais hoje permitem, têm sido divulgadas, denegrindo a imagem de uma entidade pública e, provavelmente, terá que ser tomada uma posição para, pelo menos, esclarecer essas situações que são mencionadas como ilegais. Nesse sentido colocou a discussão a possibilidade de se aprovar um voto de repúdio, que leu (anexo 1).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes desejando um santo e feliz natal e um próspero ano novo. -----

----- Iniciou por dizer que era já sua intenção usar da palavra para falar acerca deste assunto manifestando, desde logo, o seu desconforto acerca desta comunicação que a todos surpreendeu. Continuou dizendo que o desconforto que sente se deve ao facto de ser um dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista e de não ter rigorosamente nada a ver com o que foi publicado, não se revendo no conteúdo e na forma da comunicação, salientando que fazer-se valer de um episódio caricato, como o roubo de um adereço de Natal, para criticar a Câmara Municipal é, por si só, revelador de um expediente não muito ortodoxo, mas utilizá-lo para passar a acusar a Câmara e a Presidente da Câmara de cometer ilegalidades é, em seu entender, um ato lamentável e condenável. Disse ainda que a ideologia do Partido Socialista é efetivamente aquela com que mais se identifica e que muitas vezes não subscreve o que é presente à Câmara Municipal para deliberar e aprovar, mas que quem quiser pode efetivamente verificar e testar o seu comportamento porque existe sempre o cuidado de, quando votam contra, de fazer a correspondente declaração de voto, acrescentando que em nenhuma das declarações de voto feita se apresentou como justificação a existência de ilegalidades. Disse entender que a Presidente da Câmara se sinta incomodada, que a maioria no executivo se sinta incomodada, o próprio se sente incomodado, porque de alguma forma os vereadores do PS têm pautado a sua participação no executivo pelo cumprimento de todos os preceitos legais ainda que muitas vezes não estejam de acordo com a maioria nas opções ou estratégias, o que é normal. Referiu ainda que a publicação não vem assinada por quem a escreveu e embora use o símbolo do Partido Socialista, com toda a certeza, nem todos os socialistas se revêm neste tipo de atuação ou têm aquela opinião do executivo, porque muito embora possam não concordar com algumas das decisões não se revêm na acusação do não cumprimento da lei. Afirmou também que sendo o Partido Socialista um partido com responsabilidade e que foi poder tantos anos, se porventura houvesse essa dúvida, o próprio seria o primeiro a denunciá-la, e para isso teria as entidades

competentes para o fazer e apresentar os fundamentos da sua desconfiança. No que se refere ao voto de repúdio disse que se este não for retirado irá votá-lo mas que, honestamente, julga não haver razão para uma resposta tão formal já que o assunto não o merece. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Revelou que apenas tomou conhecimento do assunto no momento, que desconhecia a existência do texto em causa e que este é efetivamente um não assunto. Nesse sentido iniciou por dizer que as cidades se esforçam por valorizar o espaço público, mais ainda na quadra natalícia, na procura do conforto social e económico, incentivando a que circulem pelas cidades favorecendo também o comércio tradicional, e, nesse caminho, a Câmara Municipal investiu, e bem, nas iluminações e em figuras alusivas ao Natal, como a rena, que de alguma forma alegam a zona mais antiga da cidade. Referiu que embora as figuras sejam importantes, o seu desaparecimento dificilmente é uma notícia e que, como tal, este é um não assunto e, em seu entender, não merece da parte do órgão Câmara Municipal uma resposta alinhando com esse tipo de comunicação e com esse tipo de análise e de interpretação dos factos e da realidade. Sobre o conteúdo do texto propriamente dito, reconheceu que este tem um cariz típico do combate político normal e boa parte do que está dito, exceto a acusação de a Câmara não respeitar as leis e os regulamentos, ainda que seja uma acusação vaga e não diga concretamente quais, não passa disso mesmo à escala da política local. Acrescentou que aquilo que pode ser condenável e que o incomoda é estar a misturar não assuntos com assuntos francamente sérios e que e com impacto na vida das pessoas, das empresas e das associações, como o custo da água e a questão do tribunal ter perdido valências em Rio Maior. Terminou dizendo que efetivamente sente algum desconforto nesta situação porque é sua convicção que todo o executivo municipal está de boa fé, na defesa dos interesses dos cidadãos e do interesse público e que nenhum dos membros do órgão executivo estará disponível para desrespeitar a lei, reforçando que acredita no seu integral cumprimento. Relativamente ao voto de repúdio em discussão disse que pode até ser uma resposta política interessante mas que considera que o órgão Câmara não deve dar muita relevância a este assunto ou outros com o mesmo formato. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que no texto em questão várias são as vezes que são apontadas, com clareza, eventuais ilegalidades e onde referem o não cumprimento e violação de leis e regulamentos, evocando que a Câmara Municipal, enquanto órgão, está a tomar

decisões e a assumir à revelia do órgão Assembleia Municipal e alertando das coimas que as Câmaras Municipais estão sujeitas por infringir e violar regulamentos e leis. ----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes e votos, com amizade, de uma feliz época natalícia. -----

----- Acerca do assunto considerou que se trata claramente o início da campanha para 2017, do caminho para retirar a confiança política aos vereadores do Partido Socialista neste executivo e enfraquecer o vereador da Coligação Democrática Unitária por ser protagonista da oposição à Câmara Municipal. Considerou que se trata de um comunicado estulto, ou seja, com falta de bom senso e que mistura muito as coisas resultando que de uma bela prosa saia uma grande asneira quando devia ser ao contrário, de uma bela prosa sair um belo conto de natal. Disse não se sentir confortável em descer tão baixo o nível da política autárquica porque tem sido feito um esforço por todos no sentido de tentar colocar a sua intervenção autárquica no plano dos valores, dos princípios e das práticas mais aceites na comunidade. Referiu que todos têm a liberdade de expressar as suas opiniões, e se não tivesse o símbolo do Partido Socialista nada teria com isso, mas considerou que misturar-se coisas genéricas, de opinião pessoal com responsabilidades de um órgão autárquico, acusando-o de estar a violar regulamentos, a ultrapassar as suas competências e a substituir-se à Assembleia Municipal, vai além da mera opinião. Afirmou que o executivo terá que estar preparado para os próximos tempos e disse que, em seu entender, o autor deveria ser identificar-se e ser identificado pelo próprio Partido Socialista porque o anonimato é muito mais confortável e simples. Por fim referiu que se o voto for a votação votará com declaração de voto e que, em sua opinião, deveria ser a coligação a responder a este tipo de situação. Reafirmou que se trata apenas do princípio e que todos terão que estar preparados para o que aí vem e começar a relativizar este tipo de caso. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que já foi dada uma resposta anteriormente a esse nível e que este tipo de acusação é recorrente e que, por isso, é que foi tomada esta iniciativa de repudiar acusações graves de ilegalidades e favorecimentos. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que teve conhecimento do comunicado em causa apenas no próprio dia e que ficou estupefacta como a forma como foi utilizada uma notícia menor, como o roubo da rena, para ser o mote de ataque ao executivo e, em seu entender, não só. Manifestou o seu desagrado pela situação e disse que não obstante a

Presidente da Câmara ser a face visível do executivo, não deve ser diretamente visada pois existe uma equipa que com ela colabora e que a apoia mesmo havendo, por vezes, posições ou opiniões divergentes e que não impede, de todo, que haja entendimento entre os diferentes elementos que compõem o executivo. Afirmou que os vereadores da oposição deram também já provas que estão no executivo municipal para defender os interesses do munícipes e do concelho mesmo quando têm opiniões diferentes sobre os mais diversos assuntos tratados e que, quando assim é, votam contra ou abstêm-se, fazendo as declarações de voto sustentadas acerca de cada assunto. Dirigindo-se diretamente ao Vereador Carlos Nazaré em especial, afirmou que sempre lhe foi conhecida a postura de defesa dos interesses do Município de Rio Maior com conhecimento de causa, recorrendo à informação a que teve acesso enquanto executivo durante muitos anos, e que sempre soube compreender as posições tomadas pelo presente executivo, assim como também soube salvaguardar a posição do Partido Socialista com as suas declarações de voto. Considera que comentário não é mais que resultado da imaginação fértil, da falta de conhecimento efetivo da lei, regulamentos e também das posições tomadas por todos os elementos que compõem este órgão e ainda que no texto isso é visível. Relembrou, de entre os assuntos mencionados no comentário, um parágrafo onde se fala da situação da saúde e de não haver a celeridade e ação suficiente e realçou todos as vezes que a oposição pressionou o executivo para que tomasse as diligências e se substituísse à tutela, diga-se Ministério a Saúde, e todas as medidas tomadas pelo executivo, que formam discutidas, presentes ao órgão competente e subscritas por todos. Se colocado à votação disse que votaria favoravelmente o voto de repúdio, que a Presidente da Câmara tem todo o seu apoio assim como do CDS – Partido Popular. Terminou dizendo que não poderia deixar de, nesta quadra onde todos de forma intrínseca ou por contágio partilham um sentimento de harmonia, paz e desejam tudo de bom para todos, desejar que o sentido do natal esteja presente sempre no dia-a-dia e que a esperança seja um objetivo concretizado no próximo ano novo. Relembrou que não existem sonhos impossíveis para aqueles que realmente acreditam e que o poder realizador reside no interior de cada ser humano, considerando que este executivo, apesar das suas diferenças, tem tudo para realizar e ter forças para realizar o sonho que é Rio Maior. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes e deixou votos de boas festas e feliz Natal. -----

----- Disse que se trata de uma situação que atinge todos os membros do executivo, que concorda inteiramente com o conteúdo do voto de repúdio e com a sua votação.

Acrescentou ainda ter a certeza que a maioria das pessoas que se identificam com o Partido Socialista em Rio Maior não subscrevem aquilo que foi escrito. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes e deixou votos de boas festas e feliz Natal. -----

----- Iniciou por se referir à comemoração do 18º aniversário da fundação da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, por onde já passaram milhares de alunos, muitos professores e trabalhadores, dizendo ainda que esta obra é fruto de um grupo de pessoas e não de um trabalho individual. -----

----- Relativamente ao comunicado e ao voto de repúdio disse estar, acima de tudo, triste e chocado com a gincana política feita e com a mistura dos assuntos locais com a falta de legalidade das decisões da Câmara Municipal enquanto órgão. Afirmou que este tipo de comentário, neste formato, revela covardia porque se escondem atrás de um partido, que durante muitos anos foi poder em Rio Maior, e má formação fazendo todo o tipo de afirmações contra tudo e contra todos, mesmo contra as posições tomadas por eleitos do Partido Socialista no executivo, jogando com uma série de mentiras, uma série de injúrias, tentando denegrir não só a Presidente da Câmara mas todo o Executivo. Considerou que muito embora não se deva valorizar, a verdade é que as mentiras tantas vezes repetidas, para as pessoas menos atentas, passam a ser verdades, ou seja, acrescentou em tom de ironia, a Câmara Municipal de Rio Maior é composta incompetentes que não cumprem a lei e aceitam tudo o que é dito e os técnicos da câmara municipal são todos pessoas incompetentes porque os seus pareceres não correspondem à verdade. Terminou dizendo que iria votar a favor do voto de repúdio realçando que uma coisa é a leitura política que se possa fazer, outra são as acusações aos membros do executivo municipal enquanto cidadãos e eleitos. –

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sugeriu que em vez de um voto de repúdio se aprove um comunicado, com o mesmo conteúdo, com o objetivo de esclarecer os munícipes através da sua divulgação, dando também a hipótese ao Partido Socialista de refletir sobre a questão e de ter mais cuidado na gestão da sua página e para que quem lá escreve assumas as devidas responsabilidades. Considerou também que este formato se adequa mais à época de boa vontade em que nos encontramos e que o tempo que foi despendido com este assunto já ultrapassa em muito aquele que merece. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio apenas para concordar com a sugestão por considerar que se está a clarificar a situação e dizendo que existem duas coisas, em especial, que não pode admitir que é a afirmação de que são ultrapassados os poderes da Assembleia

Municipal e a afirmação de que o Executivo não se mostrou chocado com o aumento da água quando, na verdade, até houve um voto contra. Considerou que para além da mentira é também feito uso de conceitos que a maioria das pessoas não domina no sentido de criar a ilusão da existência de situações de ilegalidade. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Concordou com a sugestão dizendo que espera que possa haver o bom senso da parte dos autores e que tenham a capacidade de se retratarem e não voltar ao mesmo discurso, porque então terá que ser tomada outro tipo de decisão. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Concordou com a alteração à designação para comunicado (anexo 2) para a qual obteve a concordância de todo o executivo Municipal, esclarecendo ainda que este tipo de resposta está a ser dada porque está associada ao Partido Socialista porque se fosse qualquer uma opinião individual este procedimento não seria tomado. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu votei a favor, e congratulo-me por ser por unanimidade, o comunicado deste Executivo sobre o *post* do Partido Socialista porque visa diretamente a responsabilidade civil e criminal dos Vereadores e da Presidente, com os quais eu não posso estar de acordo porque confunde conceitos de vários níveis e ainda, esqueceu-se, que dentro do Executivo e dentro da sua própria prosa se esqueceu que houve pessoas que votaram contra o aumento, mas o aumento não é tarifa, o aumento não é coima e o aumento não é regulamento, e que eu saiba, nem a Assembleia Municipal permitiria ser ultrapassada nas suas competências pelo Executivo Municipal, daí o meu voto a favor do comunicado para permitir o esclarecimento.” -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente o teor deste comunicado pelos seguintes motivos: primeiro, porque ainda que não me considere, por excelência, um perito em poder local, penso ter o conhecimento suficiente e, ao longo do tempo, nunca me apercebi que a Câmara Municipal de Rio Maior aprovasse assuntos com ilegalidade; segundo, aprovei também o teor deste documento porque penso que o Partido Socialista deve controlar quem escreve no *facebook* porque sendo hoje um meio de comunicação muito forte, não pode um partido político deixar ao livre arbítrio a utilização de uma página oficial, vinculando informação que pode prejudicar a imagem do próprio Partido Socialista, porque o Partido Socialista tem vereadores eleitos aqui na Câmara Municipal de Rio Maior em exercício e nos órgãos de fiscalização; terceiro, votei ainda favoravelmente

este comunicado porque é também uma oportunidade de chegar à opinião pública e sossegar aqueles que porventura duvidem que na Câmara Municipal de Rio Maior não se cometem ilegalidades.” -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio ainda para se referir ao aniversário da Escola Superior de Desporto, à memória coletiva desses acontecimentos e aos muitos intervenientes entre os quais guarda um como decisivo e que sem o qual não haveria Escola Superior de Desporto, o então Ministro Mariano Gago. Referiu-se também, aludindo novamente à memória coletiva e aos valores, ao encontro das atletas da seleção de cadetes de 1990 de Basquetebol que resolveram juntar-se em Rio Maior para a este sítio onde tudo começou e achou extraordinário a gratidão demonstrada e dando conhecimento que todas elas foram bem-sucedidas, em todos os aspectos das suas vidas, para o que contribuiu o desporto de alta de competição. Considerou que já é altura de começar a fazer uso de toda a história que Rio Maior possui em termos desportivos e fazer viver essas memórias que enriquecem o concelho de Rio Maior, demonstrando também a gratidão que merecem todos os atletas que ajudaram a criar essa história e a ganhar medalhas e títulos, nomeadamente a Susana Feitor que sempre escolheu Rio Maior em primeiro lugar. -----

----- Desejou a todos um feliz Natal através da leitura de um poema de José Carlos Ary dos Santos. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 91/2015, DATADO DE 11 DE DEZEMBRO – PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO- AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA/ACORDO QUADRO – CCE-CIMLT** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho nº 91/2015, exarado pela Presidente da Câmara Municipal, no dia 11 de dezembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou, autorizar a abertura de procedimento de ajuste direto nos termos do artigo 258.º conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, de forma a desenvolver a formação de contrato ao abrigo do Acordo Quadro, para “Aquisição de Energia Elétrica” e ainda aprovar as peças do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou porque é que o procedimento não foi tratado mais cedo e se a responsabilidade é da Comunidade Intermunicipal da Lezíria e Tejo (CIMLT). -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Deu a palavra ao Chefe de Unidade Financeira e Ação Social para os esclarecimentos solicitados. -----

----- **CHEFE DE UNIDADE FINANCEIRA E AÇÃO SOCIAL** -----

----- Esclareceu que houve a necessidade de iniciar o procedimento com rapidez para que o serviço estivesse assegurado no início de janeiro. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Percebe a urgência mas a questão colocada é referente a este assunto e aos processos despachos que também são para ratificar, solicitando que lhe seja esclarecido se este atraso tem a ver com o funcionamento da Comunidade Intermunicipal da Lezíria e Tejo (CIMLT), e se assim for o Secretário Executivo tem que esclarecer, porque este tipo de delonga obriga a Presidente da Câmara e os serviços a suportar a decisão. Afirmou que se a CIMLT não têm a capacidade ou a competência informe os municípios para que possa haver uma resolução. Declarou que precisa desta informação para que possa ajuizar em pleno e votar esclarecido e em consciência. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que o atraso dos procedimentos muitas vezes tem a ver com a as próprias câmaras e os seus procedimentos internos, sendo que este comportamento é recorrente em algumas delas obrigando até a CIMLT e os seus técnicos deslocarem-se a essas câmaras para agilizar os procedimentos. Disse ainda que muitas vezes os documentos são enviados e solicitados os necessários procedimentos com a devida antecedência pelo próprio Secretário Executivo a todas as câmaras e, neste caso, a responsabilidade do atraso não pode ser sempre imputada à CIMLT. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para dizer que considera que o problema não está na CIMLT, mas no facto de as câmaras serem obrigadas a este procedimento porque, na realidade o concurso conjunto não é prático, já que as câmaras têm as suas dificuldades próprias e, ao contrário da câmara municipal de Rio Maior, que já pode contratualizar baseado no orçamento de 2016, existem câmaras que ainda não aprovaram os orçamentos na Assembleia. Assumiu que é um crítico da CIMLT mas que este tipo de situação não depende apenas da sua atuação e existem outros condicionantes inerentes a cada uma das câmaras municipais, Considerou que este tipo de processo tem que ser desburocratizado permitindo que as próprias câmaras possam avançar sozinhas com

os processos sem ter que recorrer sempre às CIMLT até porque, em seu entender, não existem grandes vantagens nestas situações negociadas a este nível, já que para haver reais vantagens teria que ser contratualizado a um nível mais alto, da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), este tipo de fornecimento. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Afirmou que a CIMLT tem sido pioneira no âmbito da plataforma e de um conjunto de procedimentos no sentido de se conseguir economia de escala e a vantagem que traz. Referiu que a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso coloca grandes dificuldades aos municípios e alguns vão tentando prolongar os prazos para conseguirem gerir as situações de alguma forma, levando aos atrasos que agora se fala, reafirmando que, neste caso, a responsabilidade não pode ser imputada à CIMLT e aos seus técnicos. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Acrescentou ainda que outro aspecto que é também de realçar é que qualquer concurso acima de meio milhão de euros tem que ser feito por concurso nacional ou internacional, e que os presidentes de câmara ao tomar estas decisões estão a abrir precedentes que, em seu entender, não deviam ser abertos, referindo que alguns dos ajustes propostos chegam aos dois milhões de euros. Chamou ainda à atenção que neste tipo de procedimento aqueles que provocam os atrasos têm que passar a estar preparados porque não podem os que fazem mal ser quem determina os tempos e a forma, prejudicando quem faz os procedimentos atempadamente. Indicou o sentido de voto contra a metodologia de trabalho das autarquias que estão na CIMLT e da própria CIMLT. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com o voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **DESPACHO Nº 92/2015, DATADO DE 11 DE DEZEMBRO – PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, GÁS PROPANO A GRANEL E LUBRIFICANTES/ACORDOS QUADRO- CCE-CIMLT** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho nº 92/2015, exarado pela Presidente da Câmara Municipal, no dia 11 de dezembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou, autorizar a abertura de procedimento de ajuste direto nos termos do artigo 258.º conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, de forma a desenvolver a formação dos contratos ao abrigo dos Acordos Quadro, para “Aquisição de Combustíveis Rodoviários, Gás Propano a Granel e Lubrificantes – Lote 1 e Lote 4”. Determinou ainda, a aprovação

das peças do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com o voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **DESPACHO Nº 94/2015, DATADO DE 14 DE DEZEMBRO – ADJUDICAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 94/2015, exarado em 14 de dezembro, pela Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou aprovar a adjudicação da aquisição de serviços em apreço à empresa EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A., no montante de € 2.264.302,92, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com o voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **DESPACHO Nº 95/2015, DATADO DE 15 DE DEZEMBRO – ADJUDICAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, GÁS PROPANO A GRANEL E LUBRIFICANTES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 95/2015, exarado em 15 de dezembro, pela Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou aprovar a adjudicação da aquisição de bens em apreço à empresa Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., no montante de € 259.932,10, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com o voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **DESPACHO Nº 97/2015, DATADO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015 – AUTORIZAR A ARRECADAÇÃO DE RECEITA NO VALOR DE 615,00€ (SEISCENTOS E QUINZE EUROS)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 97/2015, de 18 de dezembro, pelo qual foi autorizada a arrecadação de receita no

valor de 615,00 € (seiscentos e quinze euros) referente ao patrocínio da Empresa Nobre Alimentação, S.A. no âmbito da Feira Nacional da Cebola – Frimor 2015. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO II – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA PRESIDENTE DA CÂMARA – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANO DE 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, por motivos de simplificação e celeridade processual, delegar na Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento e até ao montante permitido por lei, no âmbito da contratação pública e que em todas as reuniões ordinárias da Câmara Municipal seja presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo desta delegação. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **PONTO III - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DE FAMÍLIAS NUMEROSAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações em apreço e de acordo com o previsto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, iniciar o procedimento de elaboração do projeto de Regulamento do Cartão Municipal de Famílias Numerosas ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicitar a decisão no sítio da Internet do Município e delegar no Chefe de Unidade Financeira e de Ação Social a direção do procedimento nos termos do artigo 55º do citado código, que por sua vez pode encarregar inferior hierárquico seu da realização de diligências instrutórias específicas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio apenas para dizer que o procedimento levou bastante tempo para ser iniciado pelos serviços. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio na perspectiva de saber o que é que a Associação das Famílias Numerosas e o Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis pretendem e questionou também o porquê da demora em iniciar o procedimento. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que se trata do início de procedimento para a elaboração do projeto de regulamento que poderá integrar as várias vantagens que legalmente podem ser atribuídas as estas famílias como, por exemplo, nos serviços que a câmara oferece e presta. Quanto à demora do início do procedimento disse não haver nenhuma causa em especial mas apenas o facto de terem existido outras situações mais prementes e urgentes e a realização de algumas reuniões com vários intervenientes para considerar todos os aspectos de existir este tipo de regulamento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - INICIO DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DA CIDADE DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações em apreço e de acordo com o previsto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, iniciar o procedimento de elaboração do projeto de Regulamento Municipal das Zonas de estacionamento de duração limitada da Cidade de Rio Maior ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicitar a decisão no sítio da Internet do Município e delegar no Chefe de Unidade de Obras Públicas, Equipamentos, Apoio às Freguesias e Património Cultural a direção do procedimento nos termos do artigo 55º do citado código, que por sua vez pode encarregar inferior hierárquico seu da realização de diligências instrutórias específicas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com o voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu voto contra porque, em princípio, nós, CDU, é contra o pagamento dos estacionamento sobretudo nesta circunstância quando financiados pelos fundos comunitários, há outras maneiras de gerir o estacionamento. É dar cumprimento da Câmara ao PAEL, a uma exigência com a qual a CDU esteve sempre contra e, por isso, dar-vos a notícia de que estão a ser feitas todas as demandas para ir à

Assembleia da República um projeto de decreto-lei contra a lei dos compromissos e a sua revogação. Voto contra. ” -----

----- PONTO V - ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA REABILITAÇÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS NA CIMLT -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter à Assembleia Municipal para autorização da alteração ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Rio Maior na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, na área da reabilitação urbana, para os efeitos ali previstos nos termos do disposto nos artigos 25º-1/k) e 33º-1/ccc) do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Interveio para dizer que, sendo coerente com o que tem dito, esta decisão não pode contar com o seu apoio porque, se trata de uma situação em que a CIMLT passará a desenvolver as competências dos municípios na sequência do procedimento e dissolução da SRU-LT. Reafirmou a posição que tem tomado sobre a CIMLT dizendo que se trata de um órgão cujo contributo democrático é por via indireta e a fiscalização da sua atuação é quase inexistente. Considerou que não se pode andar a defender as autarquias e em seguida delegar as competências mais nobres, como a gestão territorial, naquela entidade mesmo que sejam apenas aquelas que o município entender delegar. Disse que por razões de princípio é contra esta adenda, ou outra qualquer desta natureza, porque é contra a delegação de competências nas CIM, que são estruturas centralizadas do poder central, não são órgãos autárquicos democráticos, não podendo, nem devendo, ter tais poderes, mesmo que sejam delegados, porque o poder da gestão do território é um poder inalienável em sua opinião. Afirmou que neste nível e nos diversos níveis das políticas urbanísticas, como a utilização do território, devem sempre estar sujeitos ao controle democrático e, como tal, a adenda não pode ter o seu voto a favor. Indicou o sentido de voto contra deixando a sugestão de que deveria fazer-se uma reflexão sobre o futuro e as implicações destas decisões em qualquer área do território, salientando que não deve haver uma adaptação ao sistema, e tentar fazer a diferença e o transformar, porque, em seu entender, as CIM's não servem o poder local. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Realçou que esta delegação de competências corresponde à mesma que foi aprovada no âmbito da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU-LT), entretanto

extinta, e que agora passam para a CIMLT. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com um voto contra do Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votamos favoravelmente esta delegação de competências se bem que não concordamos que a Câmara Municipal de Rio Maior delegue poderes numa entidade que não tem os seus órgãos eleitos de uma forma direta, só que, dado que o processo, neste momento, está em continuidade e há que o concluir, esperamos que de futuro estes processos de reabilitação urbana voltem efetivamente à sua origem que são os municípios.” -----

----- **PONTO VI - PROPOSTA DE DOAÇÃO DE ESPÓLIO BIBLIOGRÁFICO - DIAMANTINO LUCAS LAURENTINO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aceitar a doação efetuada por Diamantino Lucas Laurentino, do espólio bibliográfico constante na lista que constitui o anexo 3 à presente ata.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que mesmo não conhecendo a pessoa achou um gesto muito bonito e que devia ser uma cultura a estimular de forma a preservar os livros no melhor local para isso, a biblioteca. Disse que gostaria que lhe fosse dada congratulação pela dádiva em nome do Executivo. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que esta doação tem grande importância para biblioteca municipal porque se trata de livros recentes, com procura e que a biblioteca, pela conjuntura atual, não tem tido possibilidade de atualizar o seu acervo. Concordou que este deve ser um exemplo a seguir e informou que sempre que é feita uma doação ou oferta, os serviços e o executivo agradecem sempre às pessoas em questão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VII - VISITAS DE ESTUDO – ANO LETIVO 2015/2016 – 2º E 3º PERÍODO – ESCOLHA DO PROCEDIMENTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a realização de despesa no valor 6.888,04 € (seis mil, oitocentos e oitenta e oito euros e quatro centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para a realização de Visitas de Estudo no 2º e 3º períodos do ano letivo 2015/2016; autorizar a abertura do

procedimento e aprovar o respetivo caderno de encargos; autorizar que o júri do procedimento seja composto pelos seguintes elementos: Presidente: Maria de Lurdes Martins Violante, Vogais: Armando Rodrigues Monteiro e Jorge Fróis Colaço, Suplentes: Sandra Isabel Joanaz Vieira e Maria do Carmo Carvalho de Almeida Lestro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS – ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – 04 DE OUTUBRO DE 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia no montante total de 1.000,93 € (mil euros e noventa e três cêntimos), no âmbito da Eleição da Assembleia da República de 4 de outubro 2015. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para vincar a sua posição habitual reafirmando que o montante transferido pela administração central para o município e daí para as freguesias é verdadeiramente ridículo para a responsabilidade e para o trabalho que se tem com todo o processo eleitoral. Considerou que têm que ser encontradas outras formas de se poder apoiar as juntas nestes processos que permitam ter os meios para dar resposta aos eleitores e assegurar todo o processo, devendo ser equacionadas, a curto prazo, a ponderação de outros fatores para atribuição destas verbas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E GESTÃO DE VIATURAS E DO PARQUE AUTOMÓVEL MUNICIPAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é concordar com as alterações efetuadas no que respeita à adequação das designações das unidades orgânicas e, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25º e para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Projeto de Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas Municipais. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Afirmou que a existência de regulamentos, mesmo não sendo perfeitos, é sempre

benéfica e disse que tem havido uma evolução tremenda nos últimos dois anos no sentido de normalizar e regulamentar, salientando ainda a importância que é a agregação daquilo que era disperso e avulso. Disse que mesmo não concordando com todas as situações apresentadas, um regulamento desta ordem que permite uma maior clareza, transparência, rigor, encaminhamento, eficácia e eficiência e devia estender-se a outras áreas. Pediu aos serviços que lhe fosse prestada informação acerca de quantos regulamentos foram executados, propostos e aprovados nos últimos dois anos e ainda a quantidade de papéis que deixaram de existir para passar a haver regulamentos agregadores, dando a noção de que a eficácia dos serviços não se vê só pela redução de papéis dispersos mas também pela coerência da unidade dos regulamentos e pelos princípios em que estão assentes. Terminou dizendo que este regulamento clarifica muita coisa e indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas e dez minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião desejando a todos votos de festas felizes e que o ano de 2016 venha a ser próspero e cheio de esperança, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Ana Carla da Silva Capitão, Técnica Superior, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A TÉCNICA SUPERIOR: _____